Desigualdades espaciais a partir de uma perspectiva do Centro-Leste europeu: estudos de caso sobre a Hungria

Ferenc Gyuris

Translator: Guilherme Ribeiro (PPGGEO/LAPEHGE/UFRRJ)

Electronic version

URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/5196>

DOI: 10.4000/espacoeconomia.5196

ISSN: 2317-7837

Publisher

Núcleo de Pesquisa Espaço & Economia

Electronic reference

Ferenc Gyuris, « Desigualdades espaciais a partir de uma perspectiva do Centro-Leste europeu: estudos de caso sobre a Hungria », *Espaço e Economia* [Online], 13 | 2018, Online since 22 December 2018, connection on 23 September 2020. URL : <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/5196> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.5196>

This text was automatically generated on 23 September 2020.

© NuPEE

Desigualdades espaciais a partir de uma perspectiva do Centro-Leste europeu: estudos de caso sobre a Hungria

Ferenc Gyuris

Translation : Guilherme Ribeiro (PPGGEO/LAPEHGE/UFRRJ)

Desigualdade espacial: um tema clássico, sobretudo em nossos dias

- 1 Em todo o mundo, a desigualdade espacial é um dos temas mais populares da geografia atual, além de atrair amplo espectro das Ciências Sociais interessadas no fenômeno espacial como a Economia Regional e a Sociologia Urbana (Gyuris, 2014, 2017). Tal interesse advém, em primeiro lugar, dos proeminentes desafios sociais das últimas décadas, os quais estão presentes nas mais diversas escalas geográficas — da diferença ainda marcante entre países do Norte e do Sul globais (vide Gyuris, 2018a, Solarz, 2014) às crescentes disparidades regionais em várias nações, além do incremento das desigualdades no interior dos espaços urbanos. Em segundo lugar, a crise global de 2008-2009 abriu caminho para a ampliação das críticas às políticas sócio-econômicas hegemônicas e aos seus fundamentos morais. Em terceiro, uma vez que a desigualdade está presente em todas as sociedades, ela se constitui em uma questão moral essencial sobre a qual cada sujeito detém alguma experiência e a partir da qual muitas pessoas estão, de fato, sofrendo. Esses fenômenos moldam realidades sociais ao redor de todo o mundo, mas são especialmente tangíveis em sociedades tradicionalmente marcadas por alto grau de desigualdade, bem como em países e regiões cujas condições de semi-periferia ou periferia devem-se às relações globais de poder. Efetivamente, de intelectuais a moradores de espaços urbanos empobrecidos, as populações da América do Sul têm uma longa experiência a respeito.

- 2 Na literatura internacional, parte considerável dos estudos sobre os aspectos aqui mencionados aborda pelo menos um dos três tópicos seguintes:
- 3 Os marcantes desafios sociais e econômicos em espaços urbanos, os quais a crise de 2008 acentuou ainda mais. Neste caso, as principais questões são o aumento da segregação, mercados de trabalho polarizados e precarizados e a relativa ausência de projetos de habitação para grupos sociais desfavorecidos (Fincher & Iveson, 2012, MacLeod & McFarlane, 2014), cujos efeitos são o de intensificar os debates tanto sobre o direito aos espaços públicos citadinos (MacLeod, 2011, Harvey, 2012) quanto sobre a extrema mobilidade global de políticas urbanas “rápidas” que visam fundar cidades “criativas” e “inteligentes”. Mimetizadas mundo afora graças a determinados aspectos sedutores (Peck & Theodore, 2010, Temenos & McCann, 2013, Temenos & Ward, 2018), o resultado é que tais projetos acabam por ampliar os problemas já existentes ao invés de resolvê-los (Gerhard, Hoelscher & Wilson, 2017);
- 4 Mudanças assimétricas referentes a desigualdades regionais ao lado de câmbios filosóficos na esfera do desenvolvimento regional após a crise global. Inúmeros estudos focados sobre políticas nacionais e internacionais (tais como os da União Européia) negligenciam cada vez mais regiões social e economicamente empobrecidas em nome da concentração de recursos públicos — e do redirecionamento de recursos privados — em regiões “mais competitivas” a fim de acelerar o crescimento econômico como um todo (Petrakos et al., 2011). Este processo favorece amplas aglomerações urbanas e cidades-região globais (Paddison & Hutton, 2015, Harrison & Hoyler, 2015);
- 5 Críticas referentes às políticas sócio-econômicas e à dimensão moral a elas subjacente marcam a virada do milênio em escala global, pois tais políticas jogaram papel de relevo na crise global e nas novas desigualdades trazidas à tona. Especialmente influentes têm sido os trabalhos seminais de Richard Wilkinson e Kate Pickett (2009) nas Ciências da Vida; Joseph Stiglitz (2012), Thomas Piketty (2014), François Bourguignon (2015) e Branko Milanović (2016) na Economia; e Walter Scheidel (2017) na História. Eles exerceram forte impacto sobre a política internacional, os discursos públicos e os desafios colocados pelo incremento da disparidade social. Artigos sobre os mesmos temas e, inclusive, reações a alguns dos livros acima citados, têm sido publicados em quantidade crescente sob a luz de uma perspectiva geográfica (Sheppard 2015, Lindner 2016). Assim, tornou-se um esforço de monta o de abrir a “caixa preta” dos conceitos acadêmicos dominantes relacionados aos motivos pelos quais as disparidades emergem e como elas podem ser geridas e sanadas, bem como para permitir uma firme reconceitualização das pesquisas sobre o tema em questão — incluindo, com base nas novas tendências, a investigação das desigualdades propriamente espaciais.

Brasil e Hungria: oportunidades para conhecer melhor os contextos de cada país

- 6 Considerando a notória relevância dos temas relacionados à desigualdade para leitores brasileiros, sublinhe-se também a mesma importância para os países da Europa do Centro-Leste. Isto pode soar um tanto quanto incomum, já que os bastante citados e reconhecidos rankings internacionais normalmente referem-se ao Brasil como uma das sociedades mais desiguais do mundo, ao passo que a Hungria e outras nações do Centro-Leste europeu (Polônia, República Checa e Eslováquia) possuem números menores a

respeito — pelo menos em termos de renda. A edição mais atualizada do *CIA World Factbook*, por exemplo, revela um índice de Gini de 49.0 para o Brasil em 2014 (concernente à distribuição da renda familiar), o que o situa na faixa dos top 20. Por sua vez, a Hungria possui índice de 28.2 em 2015 (com 30.8 para a Polônia e 25.0 para a República Checa), o que a coloca dentre os vinte países mais igualitários do mundo (CIA, n.d.). Entretanto, o colapso do regime comunista húngaro em 1989-1990, o choque da transição rumo à sociedade democrática e à economia de mercado e, mais recentemente, o efeito da crise global de 2008-2009 e das medidas políticas subsequentes engendraram novas formas de desigualdade, ao mesmo tempo em que acentuaram ainda mais as já existentes.

- 7 Embora Brasil e Hungria também não sejam comparáveis em termos absolutos — a população do primeiro é vinte e uma vezes maior que a do segundo e o PIB é doze vezes maior (IMF, 2018) —, eles possuem características similares importantes do ponto de vista das desigualdades espaciais. Dependendo da terminologia empregada por vários intelectuais, ambos os países pertencem à semi-periferia global (conforme o instrumental conceitual wallersteiniano [Wallerstein, 2004]), compartilhando posições parecidas no interior das redes de produção global (para o conceito em tela, consulte Yeung, 2005, Yeung & Coe, 2015). Além disso, de acordo com intelectuais de esquerda, ambos os países representam formas similares do capitalismo periférico.
- 8 Diga-se ainda que os dois países viveram a transição da ditadura para a democracia plural durante os anos oitenta e noventa, com novas tendências rumo à crescente centralização política nos anos recentes. O padrão de desigualdades espaciais também admite paralelos interessantes. No Brasil, o predomínio da altamente urbanizada Região Sudeste em termos de relações econômicas e de poder ainda é inquestionável — a despeito da existência de inúmeros projetos nos últimos sessenta anos com vistas a impulsionar regiões menos centrais. Budapeste, capital da Hungria, concentra 17,9% da população nacional, 36,1% do PIB, 54,9% dos estudantes de nível superior, 59,5% de empregados na área de Pesquisa & Desenvolvimento e 63,1% das companhias com investimento estrangeiro direto em 2016 (KSH, n.d.). Além do mais, tal como a divisão espacial Nordeste-Sudeste a marcar o desenvolvimento brasileiro, na Hungria as desigualdades tendenciosamente declinam do Noroeste (próximo ao *core area* econômico europeu em geral e, particularmente, da Áustria, um dos países da Europa mais desenvolvidos economicamente) para o Leste. De fato, tais disparidades existem há mais de cem anos, o que significa uma considerável permanência histórica (Györi & Míkle, 2017, Demeter & Szulovszky, 2018). Por último, mas não menos importante, as desigualdades espaciais húngaras têm sido intensivamente modeladas por fundos de desenvolvimento adicionais oriundos da União Européia desde o ingresso do país no bloco em 2004. Tal experiência pode ser relevante para diversos países sul-americanos no interior do quadro da UNASUL.

Os casos húngaros

- 9 Os artigos presentes nesse dossiê especial *Processos e mudanças espaciais na Hungria* resultam de um coletivo de intelectuais associados à Universidade Eötvös Loránd (ELTE, na sigla em inglês), nomeadamente ao Instituto de Geografia e Ciências da Terra em Budapeste e ao Departamento de Ciência Regional. Fundada em 1635, ELTE é a maior e mais antiga universidade húngara e uma das mais renomadas na Europa do Centro

Leste. Ela acolheu o primeiro departamento de geografia da Hungria, criado em 1870 e desenvolvido desde então como um conglomerado de quatro departamentos. O antecessor do Departamento de Ciência Regional surgiu em 1952 como Departamento de Geografia Descritiva, renomeado dois anos depois como Departamento de Geografia Regional e cujo nome atual data de 2007. Desde o início consagrou-se a uma perspectiva geográfica mais ampla, limitando-se não somente à Hungria mas ao contexto internacional e, mesmo, global.

- 10 O coletivo de acadêmicos em tela também se dedicou a articular a pesquisa teórico-metodológica à tomada de decisão em vários domínios da administração pública e da economia, incluindo muitos institutos de pesquisa da Academia Húngara de Ciências (MTA, na sigla em húngaro), ministérios e o Escritório Central de Estatísticas da Hungria (KSH, na sigla em húngaro), além de uma gama de companhias privadas cujos funcionários são ex-alunos do Departamento. A maioria dos autores do presente dossiê pertence à Sociedade Húngara de Geografia e/ou à Associação Húngara de Ciência Regional, o que significa que suas investigações fornecem um pouco da imagem do trabalho científico produzido nos círculos acadêmicos húngaros.
- 11 Os autores relatam algumas das principais tendências da desigualdade espacial na Hungria, ao mesmo tempo em que as associam às discussões acadêmicas internacionais e às mais importantes tendências sócio-econômicas. Ákos Jakobi, Brigitta Zsom e Zsófia Vida (2018) investigam algumas das novas formas da disparidade espacial na era da informação, revelando como as novas tecnologias e os respectivos meios de governança se baseiam e, principalmente, amplificam as desigualdades já existentes entre regiões e ao longo da hierarquia urbana. Em sentido amplo, seu trabalho fornece uma série de contribuições tanto para acadêmicos quanto para tomadores de decisão em vários países acerca de uma melhor compreensão da limitada capacidade atual das novas tecnologias de reduzir “velhas” formas de desigualdade.
- 12 László Czaller e Hajnalka Lőcsei (2018) abordam as relações entre as disparidades de qualificações profissionais e o desemprego na Hungria. Suas descobertas oferecem sólidas provas do positivo impacto do incremento do capital humano sobre a diminuição do desemprego. Como eles asseveram, as crescentes participações de indivíduos altamente qualificados não são apenas positivas para elevar as taxas médias de emprego, mas também porque elas têm um impacto positivo sobre o emprego de pessoas com menor capital humano. Assim, o artigo deles tem implicações importantes para os tomadores de decisão, bem como sobre como o desenvolvimento do capital social pode desempenhar papel de relevo no enfrentamento dos desafios relacionados ao emprego — mesmo em regiões relativamente menos desenvolvidas.
- 13 Por sua vez, Máté Farkas e Pál Szabó (2018) dedicam-se às desigualdades espaciais na União Européia. Contrastando os objetivos oficiais da União de aumentar a coesão territorial com as tendências reais após meados dos anos 2000, eles apresentam de modo convincente duas tendências conflitantes. Enquanto a diferença entre os Estados membros estava diminuindo consideravelmente antes e depois da crise global de 2008–2009 em termos de vários indicadores econômicos (incluindo o PIB per capita e a produtividade do trabalho), isto ocorreu em muitos casos devido à rápida melhoria em algumas regiões centrais em Estados- membros economicamente menos desenvolvidos, com as desigualdades regionais dentro dos mesmos países tendendo a aumentar ainda mais. As principais conclusões desse *paper* nos ensinam lições importantes sobre como o regime de planejamento da União Européia pode e deve ser aperfeiçoado e, em termos

gerais, sobre várias questões de extrema relevância político-econômica a respeito de qualquer organização internacional que vise promover formas de cooperação entre seus Estados-membros.

- 14 Por fim, Péter Baji, Márton Berki e Éva Izsák (2018) assumiram uma perspectiva histórica ampliada para revelar os principais mecanismos subjacentes ao desenvolvimento urbano de Budapeste, a capital da Hungria. Atentando notadamente para o papel cambiante do centro da cidade e para os efeitos da transição pós-comunista sobre este processo, eles contribuem para uma contextualização mais ampla dos processos sociais e econômicos do espaço urbano — além de identificarem várias tendências a partir das quais Budapeste e outras cidades internacionais com dimensões similares podem ser comparadas.
- 15 Ao mesmo tempo em que noticiamos aos muito honrados leitores da *Espaço e Economia*. *Revista Brasileira de Geografia Econômica* alguns dos resultados de vanguarda obtidos por seus colegas húngaros, nosso deliberado esforço também consiste em abrir novos canais de comunicação mútua na atual academia global, numa conjuntura em que atores de vários países acessam de maneira altamente desigual as arenas internacionais da produção de conhecimento, as quais provocam maciças disparidades espaciais globais na vida acadêmica — tanto antes quanto depois da crise de 2008-2009 (Gyuris, 2018b, Jöns & Freytag, 2016, Paasi, 2015). Estamos conscientes de como representantes de muitos contextos acadêmicos nacionais e locais são efetivamente excluídos dos fluxos globais de produção de conhecimento sobre questões sociais (como a da desigualdade espacial), fenômeno esse que não faz senão dificultar a comunicação entre tais contextos. Nesse sentido, a edição especial ora veiculada deseja estabelecer laços transversais entre ambientes acadêmicos semiperiféricos como forma de provocar um diálogo mais inclusivo, aprender uns com os outros e encontrar respostas mais diversificadas para os problemas colocados pela crise global e seus resultados. Enfim, respostas que sejam mais viáveis para contextos geográficos fora dos principais núcleos hegemônicos da economia e da política mundiais.

BIBLIOGRAPHY

- Baji, P., Berki, M. & Izsák, É. (2018). Transformation processes of the city center of Budapest: From historical development to the new economy. *Espaço e Economia*, 7(13)
- Bourguignon, F. (2015). *The Globalization of Inequality*, Princeton (NJ): Princeton University Press.
- CIA (n.d.). *The World Factbook*. <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>. Accessed: December 17, 2018
- Czaller, L. & Lócsei, H. (2018). Skill distribution and regional unemployment disparities in Hungary. *Espaço e Economia*, 7(13)
- Demeter, G. & Szulovszky, J. (Eds.) (2018). *Területi egyenlőtlenségek nyomában a történeti Magyarországon. Módszerek és megközelítések* [In search of spatial inequalities in historical Hungary. Methods and approaches]. Budapest: Hungarian Academy of Sciences, Research Center for the

Humanities & Debrecen: University of Debrecen, Department of Human Geography and Regional Development.

Farkas, M. & Szabó, P. (2018). Changing regional disparities in the European Union in the 2000s – convergence from different aspects. *Espaço e Economia*, 7(13)

Fincher, R. & Iveson, K. (2012). Justice and injustice in the city. *Geographical Research*, 50(3), 231–241.

Gerhard, U., Hoelscher, M. & Wilson, D. (Eds.) (2017). *Inequalities in Creative Cities: Issues, Approaches, Comparisons*, New York: Palgrave Macmillan.

Győri, R. & Mikle, G. (2017). A fejlettség területi különbségeinek változása Magyarországon, 1910–2011 [Transformation of regional development disparities in Hungary, 1910–2011]. *Tér és Társadalom*, 31(3), 143–165.

Gyuris, F. (2014). *The Political Discourse of Spatial Disparities: Geographical Inequalities Between Science and Propaganda*, Cham: Springer.

Gyuris, F. (2017). Urban inequality: Approaches and narratives. In U. Gerhard, M. Hoelscher & D. Wilson (Eds.), *Inequalities in Creative Cities: Issues, Approaches, Comparisons* (pp. 41–76). New York: Palgrave Macmillan.

Gyuris, F. (2018a). Geographies of development in the twenty-first century. In M. W. Solarz (Ed.), *New Geographies of the Globalized World* (pp. 30–53). Abingdon, New York: Routledge.

Gyuris, F. (2018b). Problem or solution? Academic internationalisation in contemporary human geographies in East Central Europe. *Geographische Zeitschrift*, 106(1), 38–49.

Harrison, J. & Hoyler, M. (Eds.) (2015). *Megaregions: Globalization's New Urban Form?* Cheltenham; Northampton (MA): Edward Elgar.

Harvey, D. (2012). *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. London; New York: Verso.

IMF (2018). World Economic Outlook Database, October 2018 Edition, <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/02/weodata/index.aspx>. Accessed: December 17, 2018

Jakobi, Á., Zsom, B. & Vida, Z. (2018). Dimensions of spatial inequalities in the Information Age: The case of Hungary. *Espaço e Economia*, 7(13)

Jöns, H. & Freytag, T. (2016). Boundary spanning in social and cultural geography. *Social & Cultural Geography*, 17(1), 1–22.

KSH (Hungarian Central Statistical Office) (n.d.). STADAT. <http://www.ksh.hu/stadat>. Accessed: December 16, 2018

Lindner, P. (2016). Problematising inequality. *Geopolitics* 21(3), 742–749.

MacLeod, G. (2011). Urban politics reconsidered: growth machine to post-democratic city? *Urban Studies*, 48(12), 2629–2660.

MacLeod, G. & McFarlane, C. (2014). Introduction: Grammars of urban injustice. *Antipode*, 46(4), 857–873.

Milanović, B. (2016). *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*, Cambridge (MA): Harvard University Press.

Paasi, A. (2015). “Hot spots, dark-side dots, tin pots”: The uneven internationalism of the global academic market. In P. Meusburger, D. Gregory & L. Suarsana (Eds.), *Geographies of Knowledge and Power* (pp. 247–262). Dordrecht: Springer.

- Paddison, R. & Hutton, T. (Eds.) (2015). *Cities and Economic Change: Restructuring and Dislocation in the Global Metropolis*. London: SAGE.
- Peck, J. & Theodore, N. (2010). Mobilizing policy: Models, methods, and mutations. *Geoforum*, 41(2), 169–174.
- Petrakos, G., Kallioras, D. & Anagnostou, A. (2011). Regional convergence and growth in Europe: Understanding patterns and determinants. *European Urban and Regional Studies*, 18(4), 375–391.
- Piketty, T. (2014). *Capital in the Twenty-First Century*, Cambridge (MA): Harvard University Press.
- Scheidel, W. (2017). *The Great Leveler: Violence and the History of Inequality from the Stone Age to the Twenty-First Century*, Princeton (NJ) and Oxford: Princeton University Press.
- Sheppard, E. (2015). Piketty and friends: Capitalism, inequality, development, territorialism. *The AAG Review of Books*, 3(1), 36–42.
- Solarz, M. W. (2014). *The Language of Global Development: A Misleading Geography*, Abingdon, New York: Routledge.
- Stiglitz, J. E. (2012). *The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers Our Future*. New York; London: W. W. Norton & Company.
- Temenos, C. & McCann, E. (2013). Geographies of policy mobilities. *Geography Compass*, 7(5), 344–357.
- Temenos, C. & Ward, K. (2018). Examining global urban policy mobilities. In J. Harrison & M. Hoyler (Eds.), *Doing Global Urban Research* (pp. 66–80). London, Thousand Oaks, New Delhi, Singapore: SAGE.
- Wallerstein, I. (2004). *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham (NC): Duke University Press.
- Wilkinson, R. & Pickett, K. (2009). *The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always Do Better*. London: Allen Lane.
- Yeung, H. W. (2005). Rethinking relational economic geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 30(1), 37–51.
- Yeung, H. W. & Coe, N. M. (2015). Toward a dynamic theory of global production networks. *Economic Geography*, 91(1), 29–58.

AUTHORS

FERENC GYURIS

Eötvös Loránd University (ELTE), Department of Regional Science
Email: gyurisf@caesar.elte.hu